



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

DELEDA CARTAGO.

SARMENTO, Francisco Martins

Ano: 1990 | Número: 100

Como citar este documento:

SARMENTO, Francisco Martins, Delenda Cartago. *Revista de Guimarães*, 100 Jan.-Dez. 1990, p. 85-97

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



casadesarmiento

centro de estudos do património

Delenda Cartago

Francisco Martins Sarmiento

Revista de Guimarães, n.º 100, 1990, pp. 85-97

I*

É da oliveira que se vai falar? Está bem claro.

Há ainda tanta coisa a dizer a respeito da imortal arborícola, que tudo quanto temos escrito até hoje foi apenas um prelúdio.

Agora é que se vai tratar a questão *ex professo* e examinar detidamente as razões com que o reverendo Chantre advoga a conservação *no mesmo sítio* do pau, que alguns dos seus adversários querem que tivesse por avoengo a aguilhada do rei Wamba. *Arcades ambo*.

A razão mais corpulenta, dada pelo reverendo Chantre para se não mexer na oliveira, é ser ela neta ou trineta de uma outra que no tempo de Afonso IV reverdeceu por milagre, sendo deste facto que nasceu o título de Senhora da Oliveira, invocada ante então com o de Santa Maria de Guimarães.

Que direis vós, ó benévolos leitores, quando souberdes que esta versão deve ser rejeitada à vista de um documento do próprio cabido?

* *in* **O Vimaranense**, n.º 661, Guimarães, 17/1/1871.

Um extracto do livro dos milagres, que há-de existir no arquivo da Colegiada, contando como a cruz do Padrão foi trazida da Normandia e colocada na Praça Maior, a par da oliveira, continua assim:

«...e quando estava junto dela (oliveira), assentavam que estava seca, e daquele dia a três dias começou a reverdecer e deitar ramos, e eu Afonso Peres, tabelião, esta escrevi, o qual milagre tresladei somente do livro aonde estão muitos escritos, que se guarda no arquivo daquela igreja, para dizer que do dia dele se deu a esta igreja o título de Nossa Senhora da Oliveira que hoje se observa: PORÉM O MAIS CERTO É TOMÁ-LO DO LUGAR ONDE ESTEVE ENTERRADA, POIS NELA DEIXOU O SEU.»

Como se vê a certeza mais certa é que o título de Senhora da Oliveira não lhe veio do milagre do reverdecimento da árvore; mas do monte (Monte da Oliveira ou das Oliveiras) em que esteve enterrada desde a entrada dos suevos, e a que deu o seu nome (Monte de Nossa Senhora).

O reverendo Chantre não saberá a história da sua igreja?! ou na história da sua igreja toma por critério a certeza menos certa?!

Continuar-se-á.

II*

Prometemos esmiuçar a história do cónego que plantou nas suas terras uma estaca da oliveira afonsina, sendo esta estaca, que veio ocupar o lugar da sua veneranda avó, quando ela de todo se finou.

Comecemos por entrar em algumas averiguações históricas, que o caso pede.

A oliveira reverdeceu na era de 1380, que corresponde ao ano de 1342. Como, segundo vimos pela citação de Carvalho, a oliveira, antes do milagre, passou a sua vida a dar azeite para a lâmpada de S. Torquato, não é muito acrescentar-lhe mais 79 anos à idade e recuar-lhe o nascimento ao ano de 1263.

400 anos depois, em 1663, (supondo que o padre Torquato escrevesse as suas Memórias no meio da sua vida) 400 anos depois, aqui está o que se sabia acerca da oliveira:

«...e como neste lugar não haja outra (oliveira) se tem por certo que esta é a mesma do milagre...»

* idem, n.º 664, Guimarães, 27/1/1871.

E Carvalho:

«...e por não haver tradição que no lugar, aonde ela (oliveira) se plantou, se plantasse outra, geralmente se tem por fé que esta é a mesma oliveira milagrosa...»

Tem-se por certo... tem-se por fé -quer dizer não se sabia nada com certeza.

Na opinião dos naturalistas antigos, entre eles Plínio, que Torquato conhecia muito bem, a duração das oliveiras é de 200 anos. Sendo exacta esta opinião, o que então é certo e de fé é que no ano em que Torquato escrevia se contavam 200 anos, depois da morte da oliveira.

Mas não façamos caso da opinião dos naturalistas; admitamos que no tempo de Torquato a oliveira chegava à idade respeitável de 400 anos; admitamos ainda que esta oliveira macróbia arrastou a sua gloriosa velhice até aos princípios deste século.

É certíssimo que nos princípios deste século, um belo dia, apareceu estirada no chão.

Supôs-se a princípio que não era morte que a prostava, mas um simples desmaio.

Abriu-se-lhe uma cova ao lado (note-se esta particularidade), e conseguiu-se levantá-la com várias engenhocas e *transplantá-la* para a sua *nova* morada -ai! para a sua última morada, porque, tempos depois, a oliveira rediviva deixou de ser imortal. Foi-se para sempre.

Esperou-se que algum novo milagre a reverdescesse? Que se fez ao cadáver da veneranda oliveira? Recolheram-na para algum lugar da Colegiada, onde hoje é objecto da veneração chantral?

Nada disso.

O tronco da oliveira milagrosa foi desfeito a machado, como qualquer outro canhoto, e ardeu talvez na lareira do enxota-cães.

Não se pense que inventamos. Estas particularidades, e as que vão seguir-se, pode quem quer ouvi-las da mesma boca que no-las contou, o célebre violinista de Gorpilhães.

Morta a oliveira, era ocasião própria de procurar pelas hortas dos cónegos algum descendente daquela ilustríssima estirpe, que fosse tomar conta do solar da família.

As coisas não passaram assim, mas muito diversamente. O encarregado de procurar uma oliveira foi o defunto cónego Abreu. O cónego Abreu passou a tarefa a um lavrador de Gorpilhães, seu companheiro nas caçadas. O lavrador de Gorpilhães pediu a um seu amigo da Fraga uma oliveira, e veio plantar a oliveira da Fraga, ele e seu filho, cuja narrativa temos seguido escrupulosamente até aqui.

Aqui têm os leitores o que vale a história do cónego, com a qual nos quiseram lograr.

A oliveira da Fraga também morreu. Depois dela, plantaram-se mais duas que vieram de qualquer parte e que têm tanto com a oliveira do milagre como a «Sentinela» com o senso comum.

III*

Recapitulemos. A oliveira não tem nada com o título da Senhora; a oliveira foi raptada a S. Torcato; a oliveira actual não é parente, nem aderente da oliveira do milagre.

Então que explicação havemos de dar à teima, com que o cabido se opõe à remoção da árvore?

É que, diz ainda o reverendo Chantre, a remoção da árvore seria a sua morte. Que razão! e que perda! Enquanto os olivais da Fraga e os destas redondezas vigarem ao sol de Deus, há-de haver sempre uma estaca para plantar entre os girassóis do socalco.

Mas é no sítio, no próprio sítio, em que reverdeceu a oliveira afonsinha, que tem uma significação e um valor qualquer oliveira que a represente.

Infeliz causa, que vê virarem-se contra si todas as razões, em que forceja apoiar-se! O sítio, em que reverdeceu a oliveira afonsina, não é este que a oliveira actual ocupa. Já vimos, e não há quem nos

* idem, n.º 665, Guimarães, 31/1/1871.

desminta, que, nos princípios deste século, a oliveira macróbia foi transplantada da sua antiga morada para uma morada nova.

Mas o milagre! o milagre!

Embora todas as razões do cabido sejam chochas; embora não dê nenhuma, a sua causa é sempre santa e justa.

Da parte dos seus agressores apenas se invoca o mote de um melhoramento materialão; exige-se que um monumento de piedade faça praça aos *char-a-bancs* da burguesia e aos *coupés* aristocráticos.

Da parte do reverendo Chantre há o seu reconhecido zelo pelas coisas espirituais. O reverendo põe os olhos no céu, e com o seu sublime «*non possumus*», capta a simpatia das almas piedosas, que o vêem esgrimir denodadamente pelo milagre, e sofrer com coragem, digna de melhores tempos, o martírio das sátiras gazetais.

No número seguinte esmerilharemos o famoso milagre.

IV*

Vamos examinar de perto, como prometemos, o milagre da oliveira.

Para que tivéssemos obrigação de o acreditar, seria necessário: 1.º que houvesse um documento autêntico e solene deste milagre; 2.º que a Sé Apostólica o tivesse aprovado, como mandam os decretos pontifícios.

O Livro dos Milagres não tem tal aprovação, e, quanto a documento autêntico e solene, não o há. Há apenas uma certidão de um pseudo Afonso Peres, que fala *incidentemente* deste milagre.

Em todos os outros, há um tabelião, que os subscreve; há testemunhas, que, se os não assinaram, são sempre nomeadas, e não deixa nunca de se nomear a procissão, que o Cabido manda fazer, para apregoar o milagre.

O milagre da oliveira, o estupendo milagre da oliveira, esse nem teve honras de uma procissão, nem mesmo de um registo em forma!

Esta penúria de solenidades é já altamente significativa.

* idem, n.º 666, Guimarães, 2/2/1871.

Mas há coisa pior. Releia-se o extracto da certidão, que fala do milagre.

«...e quando estava junto dela (oliveira) assentaram que estava seca, e daquele dia a três dias começou a reverdecer, e deitar ramos, e eu Afonso Peres tabelião isto escrevi, o qual milagre tresladei somente do livro aonde estão muitos escritos, que se guarda no arquivo daquela igreja, para dizer que do dia dele se deu a esta igreja o título da Senhora da Oliveira, que hoje se observa; porém o mais certo é tomá-lo ele do lugar onde esteve enterrada, pois nele deixou o seu.»

Aqui está a linguagem do século XIV!

Para se avaliar melhor o escândalo, compare-se a linguagem desta certidão com a de uma, escrita pelo mesmo Afonso Peres e publicada por Carvalho:

«Aos XVI de setembro o anno 380 (lede era de 1380), antes da pestelença me catarão a Guimarães, para ver a Santa Maria, e por tal guiza me endereitou o braço, e coube saude que estava encolheito, e com grão folga assinei com el, logo o Chantre, Conigos e Clegos, fisgo procissão a Santiago, donde me disgo, que vino S. Maria Antiga, que fizo Santiago. Foram testemunhas..... e Affonso Peres taballião escrivo este milagre.»

Haveria só um meio de explicar a modernice da linguagem da primeira certidão: era, se Torquato que no-la transcreve, lhe tivesse tirado, por sua conta e risco, o seu ar antiquado. Esta explicação porém não tem lugar; porque Torquato, nos outros milagres, que copia, conserva-lhes os arcaísmos, e declara que os copiou *de verbo ad verbum* de um livro de pergaminho, que já vira Loureiro em 1351.

É portanto evidente, até prova em contrário, que a certidão, atribuída a Peres, é uma grosseira falsificação, em que se pretende pôr na boca do primeiro arquivista dos milagres do Padrão a declaração do

milagre da oliveira, que o bom do Afonso Peres registaria de certo dom todas as solenidades, como fizera aos mais, se na verdade houvesse coisa que se parecesse com tal milagre.

Mas não houve; e a prova irrecusável é o milagre da oliveira nunca entrou no corpo das tradições populares. Perguntai por ele a qualquer homem do povo; não vos sabe responder. E no entanto uma árvore seca que reverdece e começa a deitar ramos, era coisa para atrair toda a população da vila e arrabaldes, para se imprimir indelevelmente na memória do povo; para se transmitir de geração em geração, e tornar-se assunto, não de uma tradição, mas de uma dúzia delas.

Longe disso, a oliveira é, e será para o povo a agulhada do Wamba; e para nós é de fé que foi esta tradição quem deu aos falsários a ideia do seu milagre. Suprimir o nome do rei godo, substituir Deus por Santa Maria... o resto estava feito, porque, na tradição do Wamba, o milagre consiste precisamente numa vara seca que reverdece e deita ramos.

Os forjadores do milagre moderno não contaram com o aferro do povo às suas crenças e tradições.

Devemos-lhe contudo agradecer uma coisa: é terem destruído a única razão, com que muita gente ainda hoje se inclinaria a crer que em outros tempos haveria o quer que fosse com a oliveira, pois que de certa época em diante Santa Maria toma a invocação de Senhora da Oliveira. Essa razão, diz-nos o precioso documento que não vale nada, para a questão do milagre: o título de Senhora da Oliveira veio-lhe do sítio em que ela estava enterrada.

v*

À vista do que fica dito no número passado, cremos que nenhum leitor duvidará de que o milagre da oliveira foi forjado.

Mas, diga-se a verdade, nesta pia fraude e noutras, que poderíamos apontar, os membros da Colegiada vimaranense trilhavam a estrada coimbrã.

Nesses belos tempos, por que suspira muita gente que os não conhece, os fins justificavam os meios.

A fabricação de santos e milagres contra a qual tomou sérias medidas Urbano VIII, eram duas fontes de receita, de que rara corporação religiosa deixava de lançar mão.

Os que não tinham arte ou fortuna de engenhar um santo não faziam grande escrúpulo de ir furtá-lo onde o havia. O nosso cabido tem uma nódoa dessas na sua história, e, se nunca possuiu um santo debaixo das telhas da sua igreja, não foi porque lhe não pusesse os meios, como se vai ver da seguinte passagem da *Chronica Seraphica*:

* idem, n.º 667, Guimarães, 7/2/1871.

«Estes, e outros, milagres (os do S. Gualter que eram muito continuos, obrigarão a devação(!) do Reverendo Cabido a intentar um furto nobre (!!)) das preciosas reliquias... e encomendando o negocio a alguns capitulares, por mais que eles se cançarão, nunca poderão abrir o milagroso sepulchro..... Pelo que tratarão de o levar inteiro como estava: mas nem o braço de muitos homens pera isso conduzidos, nem a força de muitas juntas de bois (!!!) puxando todos por cordas, foi bastante pera lhe dar um abalo; e assi se recolherão desenganados os conigos.»

Credat judoeus, non ego.

Mais tarde, escudado com uma ordem de D. Manuel, parece, o cabido chegou a meter-se a caminho para o mosteiro de S. Torquato, na firme persuasão de que desta vez traria consigo o corpo daquele santo.

Aqui, em lugar da intervenção divina, que defendeu S. Gualter, a história menciona as roçaduras dos lavradores da freguesia, que põem em debandada os prebendados e mais comitiva e os obrigam a desistir do seu intento.

Coisa notável é que, enquanto o cabido sua nesta inútil canseira, os franciscanos e domínicos, que vieram muito mais tarde, já tinham uma boa dúzia de frades santos!

Mas, se a colegiada neste particular foi sempre infeliz, a lei das compensações deu-lhe defronte da porta um sítio tão afamado em virtudes miraculosas, que uma caixa de esmolas, que aí havia, veio por fim a ser trocada pelo rendimento dos dízimos da igreja de Azurém, calculados em 200 mil réis.

Este sítio era o Padrão.

Erecto em setembro de 1312, nos primeiros três meses do ano seguinte, contamos 41 milagres, havendo dia de 4, e havendo-os à noite, ao serão e ao galo cantante. Destes 41, 11 são curas de endemoninhados, e não há a menor dúvida de que eram verdadeiros endemoninhados, pois que o diabo declara que, para sinal de que vai

deixar a sua vítima, a obrigará a deitar pela boca fora um dinheiro novo ou velho, o que sucede infalivelmente, como o diabo prediz. Que tempos!

Dissemos 41 milagres, para sermos mais exactos que o próprio Livro dos Milagres, que conta 42, por incluir entre os de 1343 o milagre do frade de Pombeiro, que, segundo já vimos, pertence ao ano de 1342. É verdade que o assento da Colegiada lhe suprime a data, e no-lo apresenta com notáveis diferenças da certidão de Carvalho; é também verdade que este incómodo milagre, feito «antes da pestelença» (a de 1350 indisputavelmente), e portanto registado depois dela, nos prova que os milagres de 1343, que se lhe seguem na ordem dos assentos, foram escritos 7 anos, pelo menos, depois dos sucessos, o que, havemos de confessar, é um singular método de registar milagres.

Seja o que for, os procuradores das obras da Colegiada pediam traslados destes milagres, para os «mostrar aos fiéis de Deus cristãos para fazer de suas ajudas para a obra de Santa Maria», e a caixa de esmolas do Padrão estava tão afreguesada que o Prior propos aos cónegos a troca dela pelos dízimos da igreja de Azurém, como já dissemos. O Cabido aceitou o contrato; mas, feito ele... os milagres acabaram!

Segundo o Padre Torquato, que fustiga violentamente a cobiça dos Piores, poupando a dos Cónegos, o Padrão do seu tempo só servia para assento de conversações.

Releve-nos o leitor esta digressão pela muita luz que ela dá sobre o assunto.